

# A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia: O Caso do Ciências sem Fronteiras (2007-2016)<sup>1</sup>

*The Dimension of Higher Education in the Strategic Partnership between Brazil and the European Union: The Case of the Sciences without Frontiers Program (2007-2016)*

Tomaz Espósito Neto<sup>2</sup>   
Isabella Felix Espindola<sup>3</sup> 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2021v6n1.50636

Recebido em: 10/02/2020  
Aprovado em: 25/05/2020

**Resumo:** A relação bilateral entre Brasil e União Europeia teve início no ano de 1960. Em 2007, o relacionamento galgou a um novo patamar com o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os dois atores internacionais. Com isso, existiu o fortalecimento dos laços bilaterais em diversos setores, como energias renováveis e promoção dos direitos humanos. Os diversos documentos produzidos ao longo dessa parceria indicaram a educação superior e a cooperação tecnológica e científica como vetores importantes de aproximação, além de um vasto campo de convergência de interesses e valores. Diante desse cenário, o presente artigo tem como escopo geral apresentar a evolução das relações entre Brasil e União Europeia de 2007 a 2016. Os objetivos específicos são: (a) examinar a evolução da temática da internacionalização da educação superior nas reuniões de cúpulas entre Brasil e União Europeia desde o início da parceria estratégica brasileiro-europeia (2007) até o fim do governo Dilma Rousseff (2016); (b) fazer um estudo de caso sobre o papel da União Europeia no programa Ciência Sem Fronteiras, desde sua criação em 2011 até 2016, ou seja, do início à sua paralização total. Para tanto, optou-se pelo método histórico-descritivo, por meio da análise de fontes primárias, como dados e documentos oficiais brasileiros e europeus; foi feito também um levantamento de bibliografias especializadas sobre o tema. Em análise final, observa-se o êxito da cooperação bilateral na área de internacionalização da educação superior, impulsionado pela parceria estratégica.

**Palavras-chave:** Brasil; União Europeia; Parceria Estratégica; Educação; Ciência sem Fronteiras.

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do conjunto de ações da Cátedra Jean Monnet da UFGD, financiada por recursos da União Europeia e do Programa de Iniciação Científica do CNPq.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – E-mail: [tomazeneto@gmail.com](mailto:tomazeneto@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – E-mail: [bellafelixespindola@hotmail.com](mailto:bellafelixespindola@hotmail.com).

**Abstract:** The bilateral relationship between Brazil and the European Union began in 1960. In 2007, it reached a new level with the establishment of a strategic partnership between the two international actors. As a result, bilateral ties were strengthened in several sectors, such as renewable energy and the promotion of human rights. The various documents produced during this partnership indicated higher education and technological and scientific cooperation as important vectors of approximation, in addition to a vast field of convergence of interests and values. Therefore, this article has the general scope of presenting the evolution of the relations between Brazil and the European Union from 2007 to 2016. The specific objectives are: (a) to examine the evolution of the theme of the internationalization of higher education in summit meetings between Brazil and the European Union from the beginning of the Brazilian-European strategic partnership (2007) until the end of the Dilma Rousseff administration (2016); and (b) to carry out a case study on the role of the European Union in the Science Without Borders program, from its creation in 2011 to 2016, that is, from the beginning to its total shutdown. The methodology adopted was historical-descriptive, through the analysis of primary sources, such as Brazilian and European official data and documents, and a survey of specialized bibliographies on the topic. A final analysis shows the success of the bilateral cooperation in the area of internationalization of higher education, driven by this strategic partnership.

**Keywords:** Brazil; European Union; Strategic Partnership; Education; Science without Borders.

## **1. Introdução**

A internacionalização do ensino superior é algo cada vez mais presente no mundo contemporâneo, seja pelo aumento dos fluxos transnacionais de informações, pessoas, bens e serviços – fenômeno também denominado “globalização” –, seja pela valorização, econômica e política, do conhecimento produzido pela comunidade acadêmica na era da informação, ou, ainda, pelo desenvolvimento de um mercado global na área do ensino superior (Azevedo, 2015; Amal & Borges, 2015). Não obstante, a internacionalização da pesquisa e do ensino superior é vista, cada vez mais, como um vetor de geração de renda e riqueza na sociedade contemporânea (economia criativa) e de enfrentamento dos desafios globais, expressos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Onu.

Dentre os principais protagonistas nesse cenário estão Estados Unidos, Austrália, República Popular da China, Canadá, Índia, Brasil e os membros da União Europeia (UE). Cada um dos atores possui uma estratégia internacional, com vistas a ampliar sua participação e seu poder nessa arena. Por exemplo, na União Europeia (UE), a internacionalização vai além das mobilidades acadêmicas, pois abrange todo o desenvolvimento transversal do ensino superior e engloba todas as áreas de pesquisa,

ensino e extensão, visando não somente beneficiar a comunidade acadêmica, mas também fortalecer o projeto de integração europeu através dos efeitos de *spill-over* (transbordamento) para outros setores econômicos, sociais, culturais e políticos (Hass, 1970).

A promoção de reformas educacionais pelos participantes da União Europeia (como o Processo de Bolonha, 1999) gerou transformações importantes, como a reorganização e incentivo à internacionalização do ensino superior europeu, via programas financiados por fundos europeus tais como Erasmus Mundus e Erasmus +, tanto no campo da mobilidade acadêmica internacional como na construção de programas de graduação e pós-graduação conjuntos ou de consórcios educacionais europeus, entre outras ações (Costa, 2017).

O Brasil, por seu turno, também formulou políticas para a implementação da internacionalização do ensino superior, capitaneadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Ambas as agências incentivam e financiam a internacionalização do ensino por meio de bolsas de estudos e apoio a projetos internacionais conjuntos, entre outras iniciativas (Maués & Bastos, 2017).

Nos últimos anos, o principal programa brasileiro de internacionalização do ensino superior foi o “Ciência Sem Fronteiras” (CsF), que teve início em julho de 2011 e se encerrou em julho de 2016. O objetivo desse programa foi a expansão e a inovação da ciência e da tecnologia no Brasil, por meio da ampliação do fluxo de mobilidade *outgoing* internacional de estudantes e pesquisadores. Para tanto, o Ministério da Educação, via Capes e CNPQ, estabeleceu acordos de cooperação com inúmeros entes estatais e privados (Miranda & Bischoff, 2018).

O CsF atendeu cerca de 93 mil pesquisadores e estudantes brasileiros, ao custo de 13,2 bilhões de reais investidos pelo Tesouro brasileiro (Marques, 2017), sendo a União Europeia o principal destino desses acadêmicos. Segundo o painel de Controle do CsF (2016), os países da União Europeia receberam 44.747 beneficiados até janeiro de 2016, ou seja, aproximadamente 50% das bolsas concedidas pelo programa.

A opção europeia do CsF deve ser entendida dentro da parceria estratégica entre Brasil e União Europeia (de 2007 até os dias atuais). Nesse diálogo político de alto gabarito as autoridades do Brasil e da União Europeia elevaram o nível de interlocução com a realização de fóruns temáticos, reuniões periódicas e a construção de uma vasta

agenda com diversos temas, tais como a luta contra a pobreza e a promoção da cooperação regional, entre vários outros (Tomazini, 2019).

A educação – em especial o ensino superior –, o desenvolvimento e a cooperação nas áreas de ciência e tecnologia estão presentes nas agendas dos representantes das duas partes. A importância dedicada à área do ensino superior foi ressaltada na Declaração Conjunta da 5ª Cúpula, em 2011, na cidade de Bruxelas, quando a temática foi definitivamente introduzida na pauta dessa parceria (Espósito & Espindola, 2019).

Como dito anteriormente, são objetivos do presente artigo: (a) examinar a evolução da temática da internacionalização da educação superior nas reuniões de cúpulas entre Brasil e União Europeia desde o início da parceria estratégica brasileiro-europeia (2007) até o fim do governo Dilma Rousseff (2016); (b) fazer um estudo de caso sobre o programa Ciência Sem Fronteiras desde sua criação em 2011 até sua paralização total em 2016.

Trabalha-se com dois pressupostos: (a) Brasil e União Europeia são importantes parceiros; no entanto, com a evolução da parceria estratégica, houve uma mudança no foco do relacionamento, de temas como desarmamento e promoção da paz para outros como educação e promoção dos direitos humanos (Saraiva, 2019), e (b) a educação – especialmente o ensino superior – teve um papel importante no estreitamento de laços bilaterais (Espósito & Espindola, 2019). Porém, com o fim do programa CsF e o redimensionamento dos programas Erasmus e Horizonte 2020, entre outros, a dimensão educacional perdeu o ímpeto inicial; ademais, a crise político-econômica brasileira (2015-2018) afetou a dinâmica da parceria.

A despeito dessa perda de impulso nas relações bilaterais, pode-se afirmar que a constituição da parceria estratégica entre Brasil e União Europeia, em 2007, elevou a cooperação a um novo patamar, criando canais e instrumentos para a efetivação do diálogo, como o Instrumento de Parceria (IP). Novos temas foram pautados, como a internacionalização do ensino superior e a governança de temas globais (Cravinho, 2017; Tomazini, 2017; Espósito, & Espindola, 2019), e isso gerou um processo de retroalimentação da parceria, com a inclusão de novos atores, como as universidades e as agências de fomento, e o “transbordamento” (*spill over*) para outros temas, como direitos humanos, o que acabou por fortalecer a interdependência assimétrica e criar uma rede complexa de cooperação bilateral (Tomazini, 2018).

Ademais, a educação superior é vista, pelas autoridades europeias e brasileiras,

como um importante instrumento de *soft power* para criar redes complexas de cooperação com vistas a projetar a imagem e fortalecer a posição estatal em assuntos sensíveis, como comércio e agricultura, reduzindo assim eventuais “custos” (*trade offs*) em negociações internacionais complexas (Tomanzini, 2019; Cravinho, 2017). Segundo Menezes e Paiva (2019), isso pode ser observado no papel do Brasil na recente assinatura do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

Para este trabalho foi escolhido o método histórico-descritivo (Lakatos & Marconi, 2001). Para tanto se recorreu ao exame de diversas fontes primárias, em especial dados e documentos oficiais brasileiros e europeus, e a uma bibliografia selecionada sobre o tema.

Optou-se também pelo recorte teórico do liberal-institucional de Robert Keohane (2001) e Nye (2009), que apresenta instrumentos analíticos importantes, como a ideia de *spill-over* – transbordamento da cooperação para diversas arenas, de interdependência complexa, gerando o fortalecimento dos laços de cooperação, confiança e dependência mútua –, e de *soft power* (poder brando) – formas sutis de projeção de poder e de atração de outros países. Além disso, enfatizou-se a importância de temas como saúde, meio-ambiente e educação nas relações internacionais.

Nye (2004, p. 4) assim define o soft power: “country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it”. Esse poder está relacionado a três fontes principais de poder: cultura, valores políticos e autoridade moral.

The soft power of a country rests primarily on three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority) (Nye, 2004, p. 11).

Historicamente, as universidades e o processo de internacionalização do ensino superior são instrumentos importantes do *soft power* de um Estado, por promover ativamente essas três dimensões (Wojciuk, 2018, p. 343). Assim, a parceria entre atores estatais – como agências de fomento internacionais – e não estatais, como universidades, são importantes para fortalecer as fontes do poder brando de um Estado.

It is true that firms, *universities* [grifo do autor], foundations, churches,

and other nongovernmental groups develop soft power of their own that may reinforce or be at odds with official foreign policy goals. *That is all the more reason for governments to make sure that their own actions and policies reinforce rather than undercut their soft power* [grifo do autor]. And this is particularly true since private sources of soft power are likely to become increasingly important in the global information age (Nye, 2004, p. 17).

Jane Knight (2003) define a área da internacionalização da educação superior como sendo “o processo consistindo em integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global no objetivo, nas funções ou na oferta de educação superior”. Maillard (2019) analisa a importância dos elementos da dimensão internacional, intercultural e global que remetem às várias direções de uma internacionalização, como também dos elementos característicos do mundo de interdependência em que os países vivem. Jane Knight (2004, 2018) e Hans De Wit (2013, 2011) indicam a importância da *knowledge diplomacy* nas relações internacionais:

Knowledge diplomacy involves the contribution that education and knowledge creation, sharing and use make to international relations and engagement. But knowledge diplomacy should be seen as a reciprocal process. Mutual benefits and a two-way exchange are therefore essential to the concept of international education and research as a tool of knowledge diplomacy (Knight & Wit, 2018, p. 3).

John Hudzik (2011) aponta a importância de uma “internacionalização compreensiva” dos atores conforme objetivos, valores e meios. Já Wit et al. (2015) expande a significação do processo para se adequar melhor à realidade contemporânea:

O processo *intencional* [grifo do autor] de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções e entrega de ensino pós-secundário, *a fim de melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os alunos e funcionários, e para fazer uma contribuição significativa para a sociedade* [grifo do autor]<sup>4</sup> (Wit et al., 2015, p. 285).

Por fim, Knight (2004, pp. 14-17) demonstra que a estratégia de internacionalização de uma instituição de ensino superior está condicionada por fatores externos, como políticas públicas e financiamento estrangeiro, e também por elementos internos institucionais como a capacidade da burocracia, os quais podem conduzir o processo de internacionalização seja na opção *at home* ou *abroad/crossboard education* (Beelen & Jones, 2015). No caso do Ciência Sem Fronteiras a opção foi a *abroad*

---

<sup>4</sup> Tradução livre do autor.

*education*, ou mobilidade *outgoing*, que apresenta custos maiores, porém possibilita ao beneficiário uma maior imersão cultural, social e científica na experiência da mobilidade.

Soft power of higher education is exercised through influence on the intellectual and scientific life and through spreading ideas worldwide. Attraction of students and scholars from abroad to higher education institutions is considered to be an effective approach to cultivating individuals who will develop an understanding of a given country, and support for it. It also promotes mutual understanding between the countries which participate in an exchange... (Wojciuk, 2018, p. 345).

O recorte sobre o Ciência Sem Fronteiras (CsF) se deve aos objetivos ambiciosos do programa – como conceder 100 mil bolsas de estudos –, assim como ao montante de recursos aportado na ação, de aproximadamente 13 bilhões de reais. Essa ação colocou o Brasil no centro das discussões sobre internacionalização do ensino superior e mostrou a importância das mobilidades na promoção do *soft power*, como destaca Nye:

Soft power rests on some shared values. That is why exchanges are often more effective than mere broadcasting. By definition, soft power means getting others to want the same outcomes you want, and that requires understanding how they are hearing your messages, and fine-tuning it accordingly. It is crucial to understand the target audience... (Nye, 2004, p. 111).

O programa Ciência Sem Fronteiras, por ser uma relação com duplo sentido e de características *win-win* (ganha-ganha) pode também ser caracterizado como *knowledge diplomacy*, pois existiu uma grande convergência de objetivos, interesses e valores entre as partes.

Além da introdução e das considerações finais, o presente artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta a evolução da parceria estratégica de Brasil e União Europeia de 2007 a 2016. Com isso, espera-se apresentar os vetores dessa relação e as expectativas de cada um dos parceiros. A segunda examina a temática da internacionalização da educação como um elemento de *soft power* nas relações internacionais, em especial sob a ótica do Brasil e da União Europeia. A terceira parte analisa o Programa CsF dentro do contexto da parceria estratégica.

## **2. A evolução das relações entre Brasil e União Europeia: uma parceria estratégica em construção**

Apesar das relações entre o Estado brasileiro e os países europeus remontarem à época da independência (Gueraldi, 2003) e conterem fortes laços econômicos, políticos e

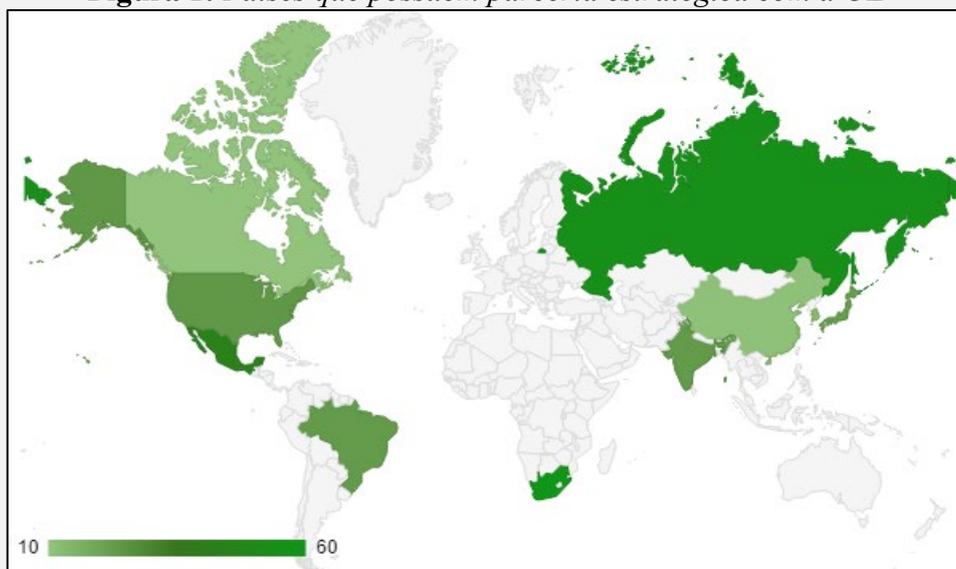
**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

culturais, as relações entre Brasil e União Europeia se iniciaram na década de 1960 (Cunha, 2014).

Apenas em julho de 2007 foi formalizada uma parceria estratégica, dada a crescente importância dos dois atores no cenário internacional (Gratius, 2018) e a convergência de interesses e de valores (MRE, 2018). Do lado brasileiro, o objetivo era o fortalecimento do papel proativo do Brasil na política global em um sistema internacional em transição (Saraiva, 2018, p. 278). Da perspectiva europeia, Brasil e México possuem um papel relevante no relacionamento entre os países latino-americanos com a União Europeia, seja por seu peso econômico ou por suas relações políticas. Assim, em 2005 a Comissão Europeia publicou uma “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu”, na qual se enfatizava a importância e a necessidade de uma parceria estratégica com Brasil e México para a construção de um “novo” mundo globalizado, e de uma relação profícua entre o continente europeu e a América Latina (Comissão Europeia, 2005).

Parceria estratégica é um “relacionamento político bilateral singularizado... que a União Europeia estabelece com cada um dos integrantes de um determinado grupo de terceiros países, pela importância do papel que desempenham no cenário internacional” (Barthelmes, 2008, p. 37). Atualmente, a União Europeia possui dez parcerias estratégicas distribuídas em todo o mundo, compostas pelos seguintes países: Brasil, Canadá, China, Índia, Japão, México, Rússia, África do Sul, Coreia do Sul e Estados Unidos (Cravinho, 2017).

**Figura 1:** *Países que possuem parceria estratégica com a UE*



Fonte: Tomazini (2018, p. 65).

A parceria estratégica Brasil-União Europeia foi constituída em um momento de construção de uma liderança brasileira na América do Sul, conduzida pelos êxitos do governo Lula e pela ascensão de governos de esquerda na região (Saraiva, 2018, p. 279), que foi denominada "onda rosa" (Lambert, 2010). A partir desse contexto, na perspectiva europeia, o Brasil teria muitos princípios e valores em comum ao bloco, como a luta contra a pobreza e a procura da manutenção da democracia em toda a região. Além do mais, no período de 1987 a 2006 o Brasil teve os países da União Europeia como seus principais investidores externos e parceiros comerciais (Barthelmes, 2008).

Com a formulação da parceria estratégica, o diálogo político entre parceiros se elevou a um novo patamar de interlocução sobre variados temas. E isso não somente através das cúpulas anuais nas quais esta relação é institucionalizada, mas também por intermédio de reuniões regulares entre altos funcionários, técnicos e especialistas, que ocorreram tanto no Brasil como na UE. Entre os temas examinados nas cúpulas e nas relações políticas encontram-se: a promoção da paz e segurança, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza, promoção da cooperação regional e cooperação nas áreas de ciência e tecnologia (Delegação UE, 2016). O papel do empresariado deve ser destacado ao longo das Cimeiras Políticas Brasil-UE (Pereira & Juliano, 2019).

Entre 2007 até os dias atuais, a União Europeia se tornou o segundo mercado para as exportações brasileiras, atrás apenas da China e à frente dos Estados Unidos. Já o Brasil é o décimo terceiro mercado para exportações oriundas da União Europeia. Por um lado, o Brasil é o quinto maior investidor na União Europeia; por outro, a União Europeia é o maior investidor externo no Brasil (Apex, 2017). A tabela 1 apresenta a evolução da corrente comercial entre Brasil e União Europeia desde os anos 2000 até 2017, e mostra um crescimento contínuo até a crise econômica na segunda metade da segunda década dos anos 2000. As exportações brasileiras estão centradas no agronegócio; já as importações provenientes do bloco europeu concentram-se em produtos manufaturados de alto valor (Apex, 2017, p. 8).

**Tabela 1: Intercâmbio comercial entre Brasil e União Europeia**

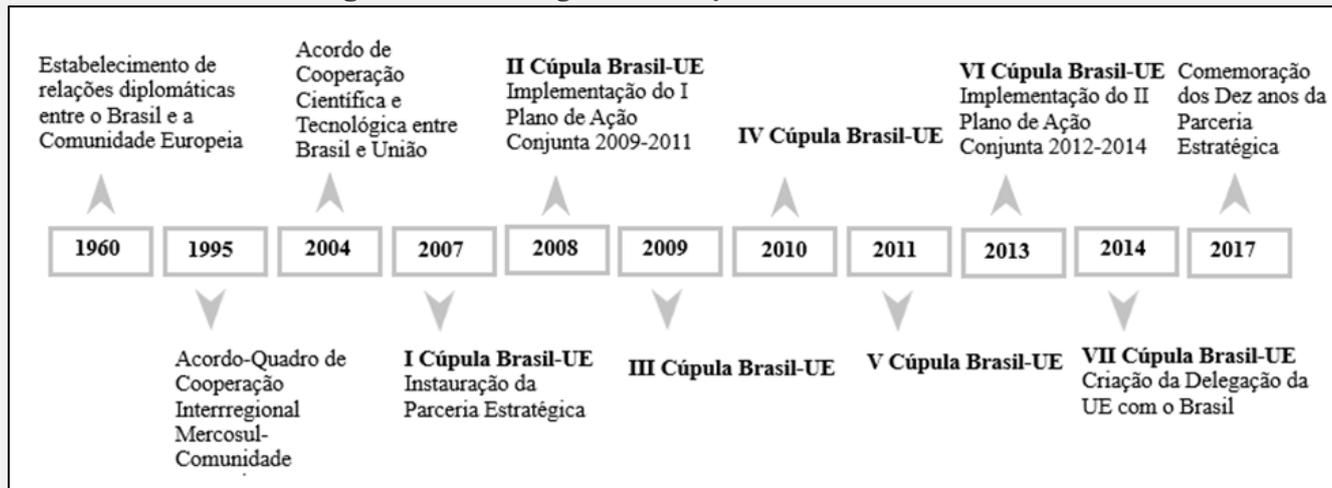
Ano/Mês	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	RESULTADO	
	US\$ FOB (A)	US\$ FOB (B)	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273	110.969.583.003
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605	113.888.351.437
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836	107.681.307.234
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445	121.528.788.705
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137	159.513.114.395
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227	192.129.560.571
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726	229.158.310.336
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580	281.266.519.080
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295	370.927.210.523
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817	280.717.085.793
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897	383.683.712.773
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967	482.286.330.569
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903	465.761.490.189
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733	481.781.090.707
2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752	454.255.347.414
2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675	362.583.375.493
2016	185.235.400.805	137.552.002.856	47.683.397.949	322.787.403.661
2017	107.710.145.552	71.494.120.474	36.216.025.078	179.204.266.026

Fonte: MDIC (2020).

Nas primeiras cúpulas o enfoque foi direcionado a uma agenda de poder duro (*hard power*)<sup>5</sup>, sendo as principais temáticas voltadas à segurança, à paz e à questão armamentista, além de temas como meio ambiente e combate à fome. Ao decorrer das cúpulas se analisa essa transição da agenda entre as temáticas de poder duro ao brando (*soft power*), com enfoque para a quinta cúpula, na qual as temáticas de poder brando tomaram proporções muito maiores, com enfoque em questões climáticas, educação superior, combate à pobreza global e ao desenvolvimento da ciência e tecnologia.

<sup>5</sup> Nye (2018) argumenta que nesta perspectiva os relacionamentos são baseados no uso da coerção, isto é, a agenda está voltada para os instrumentos de ações como as forças armadas e segurança.

**Figura 2: Cronologia das relações bilaterais Brasil-UE**



**Fonte:** Brasil, 2019. Elaboração dos autores com base nas informações do site da Representação da União Europeia (2019).

### *2.1. A evolução dos encontros de cúpula na parceria estratégica entre Brasil e União Europeia (2007-2017)*

Em 2007, no primeiro encontro de cúpula, foi formulada uma agenda com os seguintes objetivos: reforçar o diálogo político, principalmente sobre políticas setoriais; trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios mais prementes da paz e segurança globais; expandir e aprofundar as relações comerciais e econômicas; incentivar o intercâmbio entre seus povos com o fim de maior entendimento entre ambas as regiões; e concretizar um Plano de Ação Conjunta, a ser desenvolvido durante a segunda cúpula Brasil-UE (Eubrasil, 2007) (Pereira & Prado, 2015).

Na segunda Cúpula Brasil-União Europeia, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 22 e 23 de dezembro de 2008, as questões econômicas e a regulamentação financeira foram as principais prioridades da ordem de trabalhos (Delegação UE, 2016). Os tópicos tratados foram: a concretização do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia 2009-2011, em que ambos concordaram em construir uma parceria estratégica abrangente mediante a promoção da paz e da segurança por meio de um sistema multilateral eficaz; o fortalecimento da parceria econômica, social e ambiental para promover o desenvolvimento sustentável; a promoção da cooperação regional; a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação; a promoção do intercâmbio entre os povos (Council EU, 2008).

Em 6 de outubro de 2009 a terceira cúpula, realizada na cidade de Estocolmo, tratou de questões como a implementação do Plano de Ação Conjunta e temas globais,

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

regionais e internacionais, tais como desenvolvimento tecnológico, meio ambiente e comércio (Council EU, 2009).

A partir de 1 de dezembro de 2009, as relações Brasil-União Europeia passaram a ser regidas pelo Tratado de Lisboa. Com isso, as demais reuniões ordinárias passaram a ser organizadas sob a responsabilidade do presidente do Brasil e do Conselho Europeu, sendo que as cúpulas subsequentes, realizadas nas cidades de Bruxelas e Brasília, seguiram o mesmo modelo.

Em 14 de julho de 2010, em Brasília, foi realizada a quarta Cúpula Brasil-União Europeia. Uma vez mais foi levantada a importância da construção do Plano de Ação Conjunta de 2008. Foram tratadas questões como o compromisso com o combate ao tráfico de armas e drogas e o desenvolvimento sustentável, entre outros temas (Council EU, 2010). Houve ainda a criação de diálogos setoriais, para fortalecer a cooperação, e de diálogos bilaterais entre diversos setores, além da disponibilização de um orçamento de até 30 milhões de euros para o financiamento de projetos de interesses comuns (Diálogos Setoriais, 2020).

O quinto encontro dessa parceria ocorreu em 4 de outubro de 2011 na cidade de Bruxelas. Nessa ocasião, as autoridades ressaltaram a importância das cúpulas para o aprofundamento do diálogo político diante dos desafios globais, e, entre outros temas, abordaram questões relativas à educação superior, ao desenvolvimento tecnológico e inovação, a mobilidades acadêmicas e ao desenvolvimento sustentável (Council EU, 2011).

Eles enfatizaram sua visão compartilhada sobre o papel crucial do ensino superior, cooperação acadêmica e mobilidade, bem como pesquisa científica, tecnologia e inovação, para promover o crescimento rápido e sustentável e aumentar a produtividade e a empregabilidade. Decidiram reforçar o diálogo e a cooperação UE-Brasil nestes domínios, com base nos instrumentos e programas de políticas existentes, como o Erasmus Mundus e Marie Curie e o esquema de mobilidade "Ciência sem Fronteiras" do Brasil. Eles decidiram lançar uma plataforma de diálogo e intercâmbio para promover a mobilidade acadêmica e a cooperação entre o Brasil e a UE (Council EU, 2011, p. 2).

Em 24 de janeiro de 2013 aconteceu a sexta cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília. Nessa reunião foi implementado o Plano de Ação Conjunta 2012-2014. Os presentes manifestaram sua satisfação com a parceria e com o avanço em mais de 30 áreas de diferentes diálogos setoriais, sendo também registrado o entusiasmo com a crescente

relação bilateral e o conseqüente aumento dos fluxos comerciais e investimentos entre ambas as partes (MRE, 2013).

Na cooperação bilateral, a União Europeia investiu 61 milhões de euros, assim distribuídos: apoio aos diálogos setoriais (9,15 milhões de euros); cooperação acadêmica (30,5 milhões de euros); Centro de Estudos Europeus (3,05 milhões de euros); e promoção da dimensão ambiental do Desenvolvimento Sustentável (18,3 milhões de euros) (Tomanzini, 2018). O maior montante do investimento na cooperação acadêmica ocorreu por meio da concessão de bolsas do programa Erasmus Mundus, em funcionamento naquele mesmo período (Tomanzini, 2018).

Em 24 de fevereiro de 2014, na última cúpula dessa parceria, três temas dominaram o diálogo político: o primeiro foi o crescimento econômico e de empregos, devido principalmente aos acordos voltados à negociação bilateral-regional entre Mercosul e União Europeia, o segundo foi a construção de uma agenda comum para os desafios globais (mudanças climáticas, energias, direitos humanos, entre outros), e o terceiro foi a proposta de construir uma cooperação mais concreta sobre política externa e segurança (Informativo de Bruxelas, 2014).

Nesse período, o Brasil passou a ser considerado graduado como país de renda média para a UE, o que significou que o financiamento do relacionamento bilateral não seria mais através da cooperação para o desenvolvimento, mas sim pelo Instrumento de Parceria (Partnership Instrument - PI). A cooperação é baseada em políticas públicas conjuntas no ambiente multilateral e bilateral de setores de interesse comum. Para tanto, foram analisados de imediato os seguintes projetos, considerados relevantes para a continuidade da relação: cooperação bilateral dos diálogos setoriais, o Programa Jean Monnet e as ações da diplomacia pública (Tomanzini, 2018).

A partir daí, o financiamento europeu passou a ser desenvolvido por meio de um fundo regional específico. Entre 2014 a 2020 cerca de 805 milhões de euros foram destinados à América Latina, sendo o Brasil parceiro preferencial. Os recursos foram assim distribuídos:

*163 milhões de euros foram atribuídos ao ensino superior no âmbito do Erasmus+ [grifo dos autores]; 300 milhões de euros estão reservados para a sustentabilidade ambiental e as alterações climáticas; 215 milhões de euros serão atribuídos a projetos relacionados com a sustentabilidade e o crescimento inclusivo para o desenvolvimento humano; 42 milhões de euros destinam-se a apoiar a boa governança, a responsabilização e as iniciativas de igualdade social; 70 milhões de*

euros serão atribuídos a projetos de segurança e desenvolvimento; 15 milhões de euros serão atribuídos a medidas de apoio (Delegation Brazil, 2016).

Nas relações bilaterais entre Brasil e União Europeia a área da educação teve espaço importante, pois ambos optam por uma estratégia com vistas a fortalecer o *soft power* (Pinheiro & Candeas, 2012; Geraldi, 2006) e o multilateralismo, em detrimento do *hard power*. Destarte, a temática da educação, em especial a internacionalização do ensino superior, teve importância na agenda bilateral entre 2011 e 2016.

Os tópicos relacionados com cooperação internacional na área do ensino superior, da pesquisa e da inovação estiveram sempre presentes nas diferentes declarações conjuntas emitidas após cada cúpula, no entanto, a relevância dada a esses tópicos aumenta a partir de 2011. Um exemplo disso é a Declaração Conjunta da 5.<sup>a</sup> Cúpula UE-Brasil de 4 de outubro de 2011. Nesta declaração, o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) do governo brasileiro, o programa Erasmus Mundus, o 7.<sup>o</sup> Programa-quadro para a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (7FP) e as Ações Marie Curie da UE são vistos como instrumentos de atuação política para impulsionar e pôr em prática a cooperação entre as duas regiões. O envolvimento ativo das instituições de ensino superior e do corpo docente na implementação do Diálogo Político de Alto Nível é outro dos aspectos salientados neste documento (Maia & Carvalho, 2014, pp. 19-20).

No entanto, quais foram os motivos que levaram a internacionalização do ensino superior a ganhar um papel de grande relevância nas relações brasileiro-europeias?

### **3. A internacionalização da educação superior nas relações Brasil-União Europeia**

Por um lado, no Brasil, a Presidente Dilma colocou como uma das treze diretrizes principais do seu governo a expansão do investimento em pesquisa e desenvolvimento e em bolsas de estudo em setores estratégicos – como biocombustíveis e nanotecnologia –, com o intuito de transformar o país em uma “potência científica tecnológica” (Brasil, 2011). Com isso esperava-se também reduzir a defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas, além de melhorar a formação de recursos humanos no país (Manços & Coelho, 2017, p. 56). Durante uma visita oficial aos Estados Unidos, a Presidente Dilma Rousseff ficou bastante impressionada com a abrangência de iniciativas, como a “100 k Strong in the Americas”, criada para fortalecer os fluxos de mobilidade acadêmica. Percebeu, ainda, o potencial das iniciativas conjuntas de intercâmbios educacionais em ciências como uma ferramenta

da política externa e do *soft power* brasileiro (Manços & Coelho, 2017, p. 56; Menezes & Paiva, 2019). Isso fica claro no discurso presidencial:

*Temos certeza de que, a estes primeiros cem mil, outros cem mil se sucederão e queremos abrir a formação científica e tecnológica e o ambiente necessário à inovação a muitos brasileiros, porque dependemos dessa formação massiva para criar essa espécie de meio ambiente de massa crítica, que é essencial para as invenções, para as descobertas e para essa imensa aventura do ser humano que é se superar sistematicamente [grifo dos autores].*

*Eu sei que os nossos desafios são grandes, o Brasil é um país complexo. Eu sei que nós precisamos, simultaneamente, enfrentar nossas dívidas históricas, como a extrema pobreza e a garantia da elevação da competitividade da nossa sociedade, da nossa economia, por meio da ciência, da tecnologia e da inovação [grifo dos autores] (Brasil, 2011b, n.p.).*

Segundo Saraiva (2018, p. 279), os formuladores brasileiros identificavam a parceria com a UE como instrumento para fortalecer o prestígio e o reconhecimento internacional do país no cenário internacional. Um dos vetores desta relação é o engajamento na área de ciência e tecnologia. Desde 2004, existe um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, cujo objetivo é aumentar os investimentos e transferência de tecnologia e inovação. Aliás, durante a V Cúpula Brasil-União Europeia em outubro de 2011, um dos temas mais enfatizados foi a importância estratégica do aumento da cooperação educacional no ensino superior para o fomento de fluxos de modalidades acadêmicas e a construção de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação conjunta entre brasileiros e europeus. Para atingir tal fim, as partes decidiram aprofundar suas relações com base nos programas já existentes, como o Erasmus Mundus e Erasmus +, desenvolvidos pela União Europeia, e o projeto Ciências sem Fronteiras, elaborado pelo Brasil (Council EU, 2011).

A União Europeia tem como um de seus objetivos ser uma “potência civil”, isto é, um ator efetivo na arena multilateral, com ênfase na área do *soft power* para a defesa de seus valores e interesses. Portanto, observa-se que a educação superior é vista como importante instrumento de projeção de poder para o europeu (Costa, 2017). Assim, o engajamento europeu na internacionalização da educação do ensino superior, tanto dentro como fora do bloco europeu, é vital para essa estratégia de inserção internacional. A propósito, o documento Strategy Europe 2020 coloca a internacionalização do ensino superior como um dos objetivos principais.

*The aim is to enhance the performance and international attractiveness of Europe's higher education institutions [grifo nosso] and raise the overall quality of all levels of education and training in the EU, combining both excellence and equity, by promoting student mobility and trainees' mobility, and improve the employment situation of young people.*

At EU level, the Commission will work:

*– To integrate and enhance the EU's mobility, university and researchers' programmes (such as Erasmus, Erasmus Mundus, Tempus and Marie Curie) and link them up with national programmes and resources [grifo nosso].*

*– To step up the modernisation agenda of higher education (curricula, governance and financing) including by benchmarking university performance and educational outcomes in a global context (European Commission, 2010, p. 11).*

Em 1999, o bloco europeu lançou o Processo de Bolonha, um programa intergovernamental e supranacional cujo escopo é a elevação e a harmonização do ensino superior europeu dentro de todos os seus países filiados (Comissão Europeia, 2018). Para alcançar essa finalidade, o programa estimulou reformas nacionais de educação e a construção de um quadro único comum que promova as mobilidades acadêmicas e programas comuns de ensino, pesquisa e extensão. O objetivo foi tornar as instituições de ensino europeias mais atrativas, competitivas e acessíveis para pesquisadores de todo o globo. Outrossim, foi estabelecido o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), através do qual 48 países europeus se comprometem a:

*... introduzir um sistema de ensino superior de três ciclos, que consiste em estudos de licenciatura, mestrado e doutoramento; assegurar o reconhecimento mútuo das qualificações e dos períodos de aprendizagem no estrangeiro concluídos noutras universidades; aplicar um sistema de garantia da qualidade, a fim de reforçar a qualidade e a relevância da aprendizagem e do ensino (Comissão Europeia, 2018).*

Uma das iniciativas foi a desburocratização do processo de internacionalização da educação superior, mediante a redução de normas e restrições a vistos e à convalidação de créditos estudantis, e o desenvolvimento de programas governamentais para financiamentos estudantis, como bolsas de estudo, totais e parciais, para facilitar as mobilidades, entre outras ações. Entre os diversos projetos na área, os mais importantes são os programas Erasmus +, Erasmus Mundus e Horizon 2020.

O Erasmus+ tem a duração prevista de 2014 a 2020. O objetivo do programa é apoiar projetos, parcerias, eventos e mobilidade nas áreas de educação, treinamento, esporte e estágios, entre outros, tanto entre instituições em países europeus como em

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

países parceiros. O programa foi desenvolvido pelo Parlamento Europeu da UE e Comissão Europeia. Já a execução fica a cargo da Agência de Execução para a Educação, o Audiovisual e a Cultura (Eacea) em Bruxelas e das Agências Nacionais (AN), localizadas em cada um dos países do programa (European Commission, 2017). O orçamento é de aproximadamente 16,5 bilhões de euros, distribuídos entre projetos de capacitação do ensino superior, mestrados conjuntos Erasmus Mundus e atividades Jean Monnet<sup>6</sup>, entre outros (European Commission, 2017).

O Erasmus Mundus visa incentivar a educação europeia por meio das mobilidades acadêmicas, além de reforçar os laços existentes entre demais países europeus e seus parceiros. Esse programa pode ser dividido em duas fases: a primeira, nos anos de 2004 a 2008, foi mais específica, para que estudantes não europeus pudessem fazer mestrado nas universidades europeias; a segunda se iniciou em 2009, e se encontra em andamento. Os objetivos são: ampliar as ações do programa, possibilitar bolsas de mestrado e doutorado de alto nível em instituições europeias para cidadãos de países parceiros, e criar um consórcio institucional internacional para a promoção do ensino superior europeu (European Commission, 2017).

A participação brasileira no Programa Erasmus +, de 2015 a 2018, corresponde a 22% do orçamento regional da América Latina (European Commission, 2018). A tabela 2 mostra os dados dessa participação, por categoria, nos programas Erasmus.

**Tabela 2: Participação brasileira no programa Erasmus+**

<b>Brasil em Projetos Erasmus+</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Total de projetos brasileiros selecionados	64	57	60
Total de EMJMDs <sup>7</sup> brasileiros	10	11	5
Bolsas do EMJMDs adquiridos por brasileiros	77	85	40
Total de projetos CBHE <sup>8</sup> brasileiros selecionados	6	7	8
Total de Projetos Jean Monnet selecionados no Brasil	4	4	0

**Fonte:** European Commission, 2018.

O Horizonte 2020 é o maior programa de investigação e inovação da União Europeia. Tem por objetivo o aumento da excelência europeia nas áreas científicas, liderança industrial e busca de soluções para desafios sociais europeus e mundiais, e conta

<sup>6</sup> As ações Jean Monnet visam promover a excelência dos estudos superiores sobre a União Europeia em nível mundial, e são organizadas por instituições de ensino superior (Comissão Europeia, 2018).

<sup>7</sup> Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus (EMJMDs).

<sup>8</sup> Capacitação no ensino superior (CBHE).

com a participação dos países membros da UE e seus parceiros. O orçamento do programa é de 80 bilhões de euros para o período de 2014 e 2020.

O financiamento da UE cobre 100% dos custos elegíveis para todas as atividades de investigação e inovação. Para as atividades de inovação, o financiamento cobre geralmente 70% dos custos elegíveis, mas pode ascender a 100% no caso das organizações sem fins lucrativos. Os custos indiretos elegíveis (por exemplo, custos de administração, comunicação e infraestrutura, material de escritório) são reembolsados através da aplicação de uma taxa fixa de 25% dos custos diretos elegíveis (os que estão exclusivamente associados à implementação da atividade) (União Europeia, 2014, p. 25).

Atualmente, 201 projetos brasileiros participam do programa, com o aporte europeu de aproximadamente 12 milhões de euros, o que corresponde a 0.03% do orçamento total (H2020 Projects, 2020). Com o sucesso do programa no Brasil, o Comitê Gestor do "Acordo de Cooperação UE-Brasil em Ciência e Tecnologia" em abril de 2019 anunciou um novo programa, o Horizonte Europa, com início previsto para 2021 (European Commission, 2019).

Assim a União Europeia, em função da parceria estratégica com o Brasil, abriu grandes possibilidades às instituições brasileiras nas áreas de educação superior, ciência e tecnologia (Carvalho & Maia, 2015), possibilitando uma oportunidade de desenvolvimento e reforço da cooperação com vistas a ampliar os conhecimentos nos campos apontados. O aumento da competitividade, a inovação e o crescimento econômico foram elementos enfatizados e destacados na VI Cúpula Brasil-União Europeia (Colucci, Costa & Silva, 2015).

O ensino superior brasileiro é de responsabilidade da federação, estados e municípios, tanto em instituições federais como em instituições privadas. A federação, por meio do Plano Nacional da Educação (PNE), a partir do artigo nº 214 da Constituição da República Federativa do Brasil, determina a estratégia nacional da educação superior (Brasil, 1988).

O Ministério da Educação (Mec) é responsável pelo estabelecimento das políticas da educação nacional, como também financia, orienta e supervisiona toda a rede por meio de vários agentes, como: Secretaria de Educação Superior (Sesu), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Conselho Nacional de Educação (CNE), Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), Instituto Nacional

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Fundação para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) também possuiu um papel relevante na educação superior, pois financia a pesquisa e a inovação, principalmente por meio de sua agência associada ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (OCDE, 2018).

Já o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), mantém uma relação próxima com o ensino superior, pois é desta divisão a responsabilidade sobre os assuntos no âmbito da cooperação educacional internacional. Ademais, a DCE acompanha a realização de programas oferecidos pelo Brasil ou ofertados por demais países, sendo também responsável, em conjunto com o Mec e o MCTIC, pela manutenção do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (Pec-G) e Programa de Pós-Graduação (Pec-PG) (Mec, 2018). Estes, estabelecidos na década de 1960, têm como objetivo propiciar a alunos estrangeiros a efetuação de seus estudos em instituições públicas e particulares brasileiras. São programas desenvolvidos pelo MRE e Mec em conjunto com as universidades públicas e privadas (Mec, 2018).

A Capes e o CNPq são os principais fomentadores da internacionalização do ensino superior brasileiro, através do financiamento de inúmeras parcerias universitárias transnacionais, da oferta de bolsas de estudos para pesquisadores e do apoio a projetos de pesquisas brasileiros, entre outros investimentos em custeio e capital.

Cabe à Capes avaliar e promover a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, ampliar o acesso e divulgação da produção científica, investir na formação de recursos de alto nível no país e exterior e promover a cooperação científica internacional, entre outras ações (Capes, 2019). Atualmente a Capes possui 450 projetos de pesquisa somente com parceiros internacionais, sendo que sua primeira parceria foi firmada há 41 anos com a França, e hoje esta fundação conta com 77 parceiros no exterior (Infocapes, 2019). Para a execução dessas cooperações, foram investidos cerca de 700 milhões de reais em bolsas para o exterior nos anos de 2013 a 2017, além de um financiamento de mais de 7,5 bilhões de reais em bolsas para o CsF entre os mesmos anos (Capes, 2019). Para tanto, a Capes impulsionou novas formas de internacionalização: “a Capes desenvolve projetos para que as instituições planejem de forma estratégica a internacionalização, para que as cooperações não sejam apenas uma mobilidade de alunos e professores entre países” (Infocapes, 2019).

O CNPq, por sua vez, estimula a produção científica e tecnológica brasileira. O objetivo é avançar o conhecimento, a inovação e o desenvolvimento sustentável. Essa agência coopera com inúmeros países, em especial na formulação de projetos e programas conjuntos. Segundo dados de 2018, os países europeus com os quais o CNPq mantém uma parceria mais intensa são: Alemanha, Bélgica, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Itália, Portugal e Reino Unido. Somente em 2017 o CNPq disponibilizou para internacionalização cerca de 80% do seu orçamento para pesquisa e concessão de bolsas, o que correspondeu a aproximadamente 1,11 bilhão de reais (CGU, 2017).

O processo de cooperação na internacionalização da educação superior entre Brasil e União Europeia foi obra de uma rede complexa tecida por vários agentes e instituições, com diversas fontes de financiamento, que retroalimentaram os laços bilaterais e reforçaram a parceria estratégica entre os dois atores (Colucci, Costa & Silva, 2015). Carvalho e Maia (2014, p. 20) apontam ainda a importância do Fórum Estratégico para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (SFIC - Strategic Forum for International Science and Technology Cooperation) e do programa da Iniciativa Brasil (Brazil Initiative) no fortalecimento da parceria estratégica.

O SFIC assessora diretamente os países-membros e as instituições da União Europeia nos âmbitos da ciência, tecnologia e inovação, por meio da coleta, análise, planejamento e coordenação de atividades em CT&I. Em 2012, o SFIC, com auxílio dos órgãos diplomáticos e da representação da União Europeia, preparou a Iniciativa Brasil, cujo objetivo foi de aproveitar as sinergias e possibilidades abertas pela União Europeia e pelo Brasil – em especial o Programa Ciência Sem Fronteiras – e estreitar os laços entre autoridades, instituições de fomento (governamentais e não governamentais), redes de universidades, instituições de ensino e pesquisa, entre outros. Para tanto, foram realizados estudos, fomento a projetos de construção de capacidade, workshops, encontros de alto-nível, participação em feiras, elaboração de material, entre outras iniciativas (Maia & Carvalho, 2014, pp. 20-21).

#### **4. O papel da União Europeia no programa Ciência sem Fronteiras (2011-2016)**

O papel da União Europeia no CsF deve ser entendido dentro do quadro político da parceria estratégica. De um lado, a diretriz política brasileira de expandir os fluxos de mobilidade *outgoing* para criar, pela formação de recursos humanos e a participação de redes internacionais de pesquisa, as bases para um avanço tecnológico e promoção do

desenvolvimento nacional; de outro, a União Europeia, com toda a sua experiência no processo de internacionalização e com instituições de ensino e pesquisa de reconhecida excelência internacional, tinha como um dos seus objetivos estratégicos a atração de estudantes e pesquisadores de excelência, com o intuito de promover as instituições e valores europeus e impulsionar o crescimento da economia do conhecimento em plena era da sociedade da informação.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi desenvolvido pelo governo brasileiro entre os anos de 2011 a 2016. A iniciativa teve apoio conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (Mec), auxiliados por organismos como CNPq, Capes e secretarias de ensino superior e de ensino tecnológico. Em 2016 o programa foi paralisado, tendo encerrado oficialmente as suas ações em 2017, em meio a calorosas discussões políticas.

Os principais objetivos do CsF, segundo o Decreto n° 7.624 da Presidência da República, foram: incentivar a expansão e a consolidação da internacionalização da ciência e tecnologia; promover a inovação e a competitividade brasileira; contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros; estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação; e propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil (Brasil, 2011).

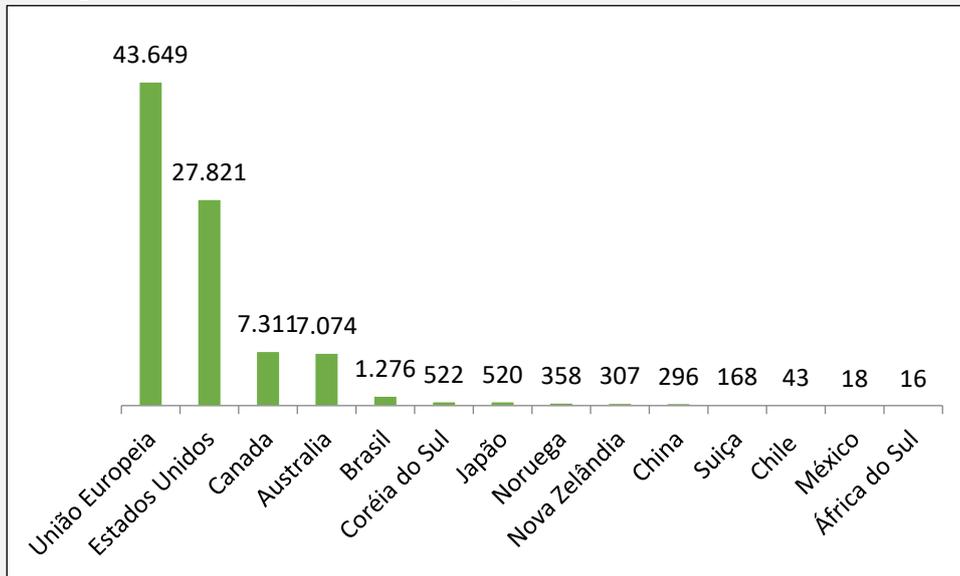
Para atingir esses objetivos, o programa Ciência Sem Fronteiras contemplou áreas de ensino específicas, tais como: Engenharia e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos (Brasil, 2011). As ciências humanas foram colocadas em segundo plano.

O foco do CsF se deu nas mobilidades acadêmicas para estudantes em graduação e pós-graduação, sistemas educacionais competitivos e setores dinâmicos de ciência e inovação; por outro lado, o programa procurou despertar o interesse de pesquisadores estrangeiros para que se estabelecessem dentro do Brasil ou trabalhassem em conjunto

**Espósito Neto & Espindola. A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia**

com pesquisadores brasileiros. Seu objetivo inicial era o preenchimento de até 101 mil bolsas no período de quatro anos, e, segundo seu painel de controle, até janeiro de 2016 cerca de 92.880 alunos haviam sido beneficiados pelo programa (CSF, 2016).

**Figura 3:** Distribuição de bolsas implementadas até o ano de 2016



Fonte: Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras, 2016.

Na figura 3, percebe-se o importante papel das instituições no acolhimento de estudantes brasileiros. Dentre os 28 Estados-membros da União Europeia, 17 estiveram associados com o programa CsF, com grandes reflexos positivos nas relações bilaterais, pois isso exigiu um engajamento ativo dos órgãos estatais (Colucci, Costa, & Silva, 2015, pp. 19-20). Aliás, os fluxos de mobilidades do CsF foram negociados diretamente entre os representantes de Estado, no modelo de cima para baixo (*top-down*); assim, a parceria estratégica e os diálogos setoriais foram essenciais para a construção de confiança entre os *stakeholders* e para a dinamização das ações (Espósito & Espindola, 2019; Cravinho, 2019).

O CsF foi desenhado para oferecer oportunidades diretamente a estudantes talentosos de uma forma rápida e maciça. Os fluxos de mobilidade foram centralmente negociados pelo governo brasileiro com os representantes dos países de acolhimento, usando uma abordagem do topo para a base (*top-down*), com uma participação muito reduzida das IES brasileiras. A mobilidade acabou por decorrer sem o envolvimento das IES na seleção dos estudantes e na identificação dos países e instituições de acolhimento dos bolsistas. Neste sentido, o CsF é frequentemente considerado como um programa *free-mover*, em que o bolsista se move por iniciativa individual sem

enquadramento institucional (Salvaterra, Filipini, Spadaro & Zicman, 2015, p.13).

Segundo o CNPQ (2011), as instituições europeias foram escolhidas pelos seguintes critérios: (a) qualidade no ensino, conforme os rankings internacionais; (b) preços mais acessíveis de *academic tuition fees*; (c) experiência no processo de internacionalização e cultura acadêmica próxima à brasileira; (d) por fim, a representação da União Europeia e as embaixadas dos países europeus realizaram um bom trabalho de divulgação de suas instituições e de convencimento das autoridades brasileiras. Aliás, diversos países do bloco europeu, como Espanha e Alemanha, possuem escritórios educacionais muito ativos no Brasil na promoção do *soft power* europeu (Miranda & Bischoff, 2018, p. 903).

As redes universitárias, tanto brasileiras – como o Grupo Coimbra de Universidades (GCUB) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai) – quanto europeias – como o Coimbra Group (CG) e a Rede de Universidades das Capitais da Europa (Unica) –, tiveram papel relevante no *advocacy*, na definição de parceiros prioritários e na cooperação educacional internacional (Colucci, Costa & Silva, 2015, p. 20). Ademais, foi criado o EU-Brazil Cooperation Group, com os objetivos de partilhar e adquirir experiência e divulgar oportunidades de cooperação (Maia & Carvalho, 2015).

O CNPq e a Capes foram os principais fomentadores de bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior e no país. As bolsas foram divididas nas seguintes modalidades: graduação-sanduiche, educação profissional e tecnológica, doutorado-pleno, pós-doutorado, doutorado-sanduiche, mestrado profissional para pesquisadores visitantes estrangeiros e para jovens talentos. Segundo o painel de controle do CsF (2016), dentre o total das bolsas implementadas aproximadamente 78% foram bolsas da graduação-sanduiche. A tabela 3 abaixo mostra a distribuição dos custos por mobilidade de bolsa, em média:

**Tabela 3:** *Custo médio das bolsas do CsF*

<b>Mobilidade</b>	<b>Valor (U\$)</b>
Graduação Sanduíche	33.752,43
Mestrado Pleno	38.288,00
Doutorado Sanduíche	33.461,51
Doutorado Pleno	39.946,65
Pós-Doutorado	35.329,14

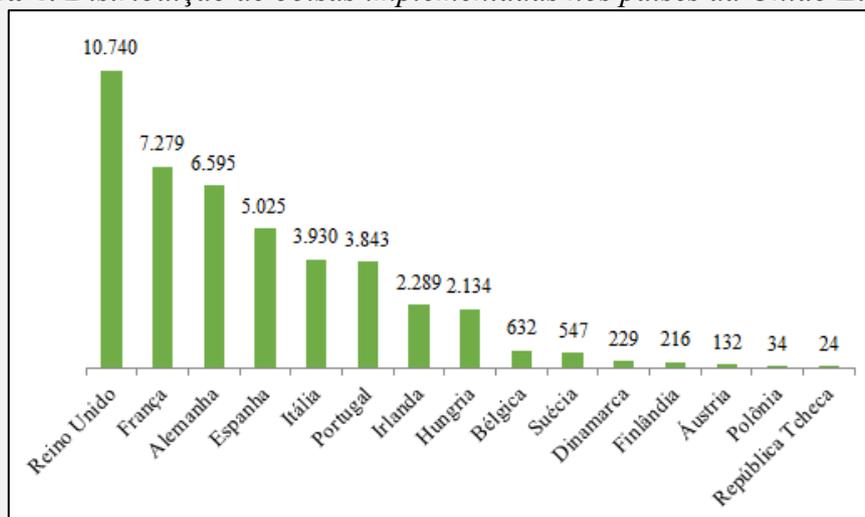
Fonte: CCT, 2015.

Além dos programas do CNPq e Capes, algumas bolsas (aproximadamente 20%) foram custeadas por instituições privadas, como: Eletrobrás S.A, Vale S.S, Tim Celular, Shell, Petrobras S.S, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Natura, entre outras. Até o ano de 2015 estas instituições haviam colaborado com um valor aproximado de 600 milhões de reais (montante líquido), sendo que, durante o período de análise, havia a estimativa de 1 bilhão de reais a serem repassados no ano de 2017 (Aziz & Martins, 2015).

A partir das dificuldades dos participantes do CsF, em especial a falta de competência linguística de muitos, em 2012 o Ministério da Educação estabeleceu o programa Idioma sem Fronteiras (IsF), desenvolvido em conjunto com o Sesu e a Capes, com o objetivo de melhorar essa competência linguística e aplicar gratuitamente as provas de proficiência em outros idiomas (Doringon, 2015).

Conforme se pode observar na figura 4, aproximadamente 50% das bolsas implementadas pelo programa CsF tiveram como principal destino as instituições dos países da União Europeia. Esse sucesso deriva dos relacionamentos já estabelecidos no campo da internacionalização da educação superior, seja na cooperação prévia nos programas Erasmus + ou Erasmus Mundus, seja ainda em outros projetos financiados pela Capes e CNPQ. Ademais, durante a V Cúpula da parceria estratégica Brasil-União Europeia, autoridades de ambos os lados acordaram em estimular a internacionalização da educação superior, ciência e tecnologia por meio de agentes ou programas em que estes atores atuavam (como o CsF), tendo como objetivo final o estímulo das mobilidades acadêmicas em sua cooperação (Council EU, 2011).

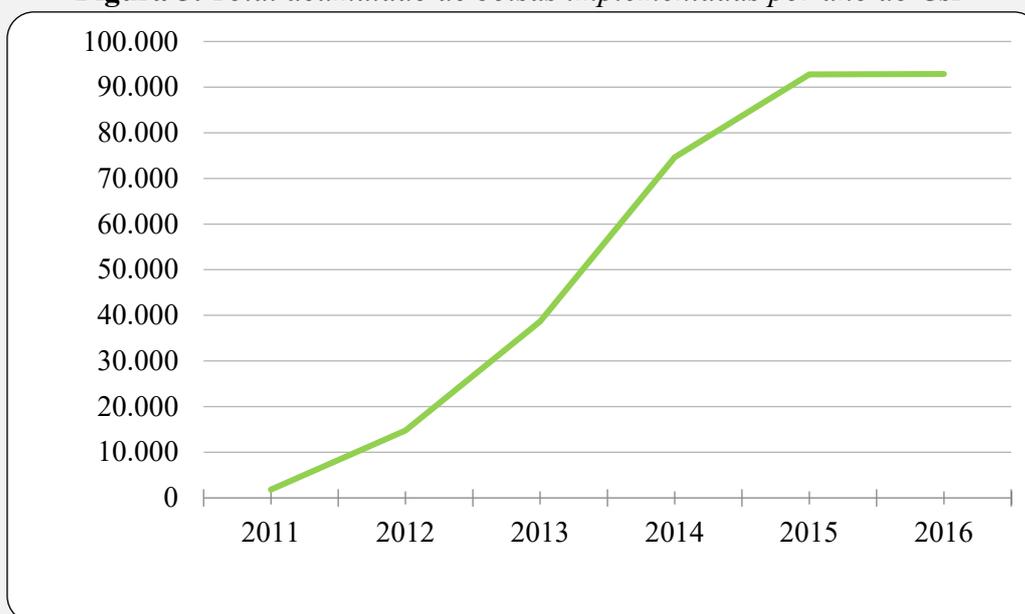
**Figura 4:** *Distribuição de bolsas implementadas nos países da União Europeia*



**Fonte:** Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras, 2016.

A vigência do Acordo Bilateral de Cooperação Científica e Tecnológica (C&T), de 2007, foi outro fator que incrementou e fortaleceu o fluxo das mobilidades acadêmicas entre Brasil e União Europeia, e há também que se considerar os programas Erasmus + e Horizon 2020, que, tendo sido implementados anteriormente ao CsF, garantiram que as redes de mobilidade já estivessem estabelecidas. Por fim, a parceria estratégica entre Brasil e União Europeia criou um ambiente propício para a cooperação educacional no ensino superior, e, graças ao CsF, o número de estudantes brasileiros em mobilidade internacional cresceu exponencialmente, como demonstram os dados da Figura 5.

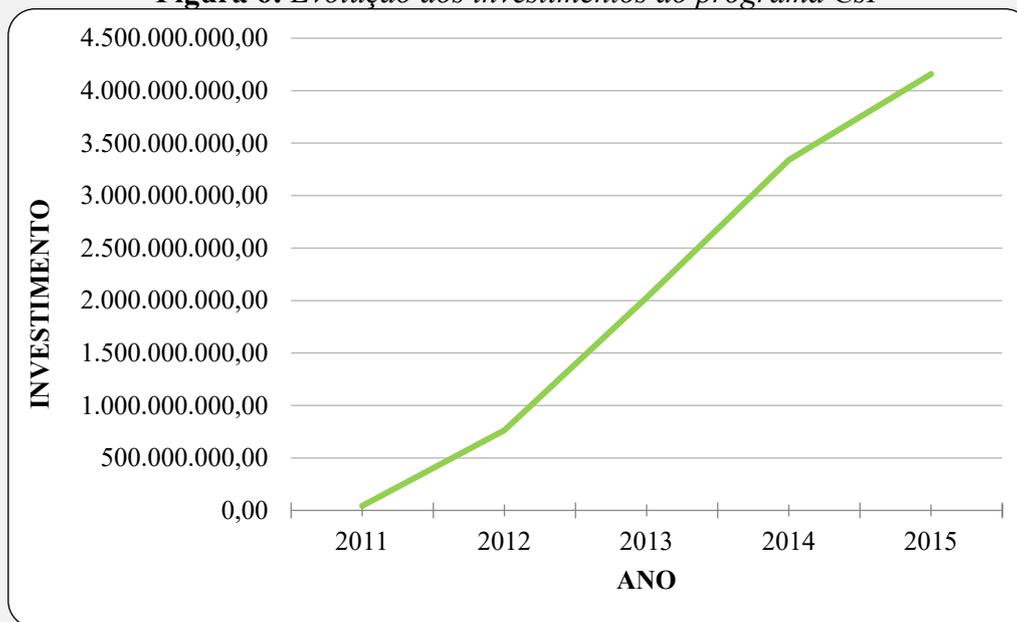
**Figura 5:** Total acumulado de bolsas implementadas por ano do CsF



**Fonte:** Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras, 2016.

Em consonância com esse aumento de mobilidade, em 2015 o CsF acabou por absorver uma grande parte do orçamento federal aplicado em educação, ciência, tecnologia e inovação: 50% do orçamento de custeio da Capes e 75% dos recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e Programa de Excelência Acadêmica (Proex). No ano de 2011, esses custos giravam em torno de 40 milhões de reais; já em 2015 chegaram a mais de 4 bilhões de reais (CCT, 2015). Isso suscitou críticas e questionamentos sobre a qualidade do gasto, o retorno dos investimentos e a falta de governança e controle dos aportes (CGU, 2016). Por esse motivo, em julho de 2016 o governo federal decidiu aplicar um grande corte ao programa, de cerca de 3 bilhões de reais ao ano. Em abril de 2017, depois de 13,2 bilhões de reais investidos, o MEC anuncia o encerramento do programa Ciência Sem Fronteiras (Marques, 2017).

**Figura 6:** *Evolução dos investimentos do programa CsF*



**Fonte:** CCT, 2015.

De acordo com Manços e Coelho (2017), o balanço do CsF é positivo, pois articulou todo o Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (SNCTI) para atingir as metas propostas, com impactos relevantes na colaboração internacional, na produção de conhecimento, na formação e nos currículos das universidades, entre outras conquistas.

Sobre o panorama que precedeu a formulação do programa Ciência sem Fronteiras, o artigo joga luz em problemas fundamentais do campo de CT&I no país, quais sejam: (a) o déficit na formação de recursos humanos nas áreas de ciências básicas, engenharias e demais áreas tecnológicas; e (b) a baixa inserção científica do Brasil no cenário internacional. Diante destes problemas, o CsF surge como um programa de empoderamento – politicamente – pela presidente Dilma Rousseff e insere-se como uma das alternativas de política pública alinhada à estratégia desenvolvida pelo MCTI: a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (Manços & Coelho, 2017, pp. 76-77).

O CsF, em função de sua magnitude, teve impacto significativo na vida dos bolsistas brasileiros. Na Europa, as instituições também tiveram de se adaptar ao súbito aumento do número de estudantes brasileiros, ao estilo de internacionalização e ao fluxo de recursos oriundos do Tesouro brasileiro (Colucci, Costa, & Silva, 2015, p. 22). As autoras apontam ainda a necessidade de se fortalecer parcerias institucionais, construir capacidades e abrir novas oportunidades de cooperação (ibidem, p. 23).

*A internacionalização é claramente um tema universal de importância estratégica para a Europa e para o Brasil. Em ambas as regiões [grifo dos autores], embora com diferentes níveis de intensidade, os debates sobre internacionalização têm sido despoletados e alimentados em grande medida pelos programas de mobilidade em larga escala, que funcionam ou têm o potencial de funcionar como instrumentos para fomentar a cooperação interinstitucional, o reconhecimento de estudos, a melhoria dos serviços de apoio aos estudantes e outras vertentes do processo de internacionalização das instituições de ensino superior (Colucci, Costa, & Silva, 2015, p. 2).*

A despeito desses bons resultados apresentados pelo programa, as críticas se centraram no descontrole nos gastos e na inconstância dos retornos, em consequência de uma má gestão e da falta de contrapartidas dos beneficiários. De acordo com Lignau e Navarro (2018), o programa possuía uma estratégia muito mais discursiva eleitoreira do que uma proposta verdadeiramente educacional de longo prazo dentro de um projeto de Estado e sociedade. Conforme Conceição e França (2015), as instituições de destino foram muito mais favorecidas do que os beneficiários do programa, e um exemplo disso, segundo esses autores, seria o pagamento integral de altas taxas de matrículas e anuidades – cerca de 50% dos gastos foram para pagar encargos nas instituições receptoras –, entre outros aspectos.

Ainda em relação às críticas ao CsF, dizem Lignau e Navarro: “Percebemos, o campo político/econômico, no caso do CsF, acentua efeitos de poder mais evidentes do que o campo educacional” (2018, p.18). Ao se observar os problemas da educação brasileira, permeados pelas mais diversas questões (desde falta de recursos financeiros até as barreiras ao amplo acesso de camadas sociais historicamente marginalizadas e a baixa qualidade educacional do ensino básico), investir bilhões em internacionalização *outgoing* sem uma análise profunda, estratégica, perene e sustentável se torna incoerente. Ademais, no ápice do programa, o custo médio por bolsista foi cinco vezes maior do que o custo per capita dos alunos de universidades públicas no Brasil (Conceição & França, 2015). E ainda, segundo a CGU (2018), foram frágeis os mecanismos de controle e governança, o que impediu a verificação dos verdadeiros impactos para seu público alvo, isto é, não se pôde comprovar sua efetivação para todos os estudantes da educação superior brasileira. A avaliação do programa ainda é um tema em aberto e muito controverso.

## **5. Considerações finais**

Nos últimos anos, a internacionalização do ensino superior ganhou relevo na agenda política, nacional e internacional de diversos países do mundo, seja como fator de *soft power* (Pinheiro & Candeas, 2012), seja na construção de *knowledge diplomacy* (Knight & Wit, 2018), ou ainda como um vetor de desenvolvimento na sociedade da informação (Castells, 1999).

Ao longo do texto, apresentou-se a evolução da internacionalização do ensino superior entre Brasil e União Europeia. Essa aproximação deve ser percebida dentro da parceria estratégica, na qual autoridades criaram um ambiente propício para a construção de confiança, em uma relação positiva do tipo ganha-ganha (*win-win*), que ampliou aspectos de interdependência complexa, com o efeito de transbordamento para outros setores, temas (direitos humanos) e atores (redes universitárias, empresas, entre outros) e melhora na imagem internacional desses atores, o que é comumente denominado *soft power*. No entanto, por se tratar de um ganho recíproco, muitos autores acreditam que o conceito mais apropriado seria *knowledge diplomacy*.

O histórico das relações brasileiro-europeias aqui apresentado mostra que a internacionalização do ensino superior sempre esteve presente nas reuniões e nos documentos conjuntos, e, paulatinamente, ganhou relevância na agenda bilateral até se tornar um dos temas centrais das reuniões a partir de 2011, muito em função do lançamento do Programa Ciência Sem Fronteiras no mesmo ano (Maia & Carvalho, 2014, pp. 20-21). Em todas as oportunidades, as autoridades de ambas as partes se comprometeram a fortalecer a presença do parceiro nas suas ações e políticas de internacionalização do ensino superior. A cooperação educacional foi reconhecida como um relevante elemento de *spill over* para outros setores nas relações bilaterais, como a economia digital, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável (Cravinho, 2017; Tomanzini, 2019; Espósito & Espindola, 2019).

Após a formalização da parceria estratégica, o Brasil passou a ter um *locus* privilegiado nas políticas de educação superior da União Europeia, em especial nos programas Erasmus + e Erasmus Mundus. Os países europeus, também, passaram a ter um papel central no processo de internacionalização do ensino superior brasileiro, em especial no programa Ciência Sem Fronteiras (CsF). O diálogo estratégico bilateral influenciou a estratégia de internacionalização dos órgãos de fomento e demais atores – agências de fomento, órgãos estatais, redes de universidades, universidades, pesquisadores e outras entidades da sociedade civil organizada. Os resultados dessa

cooperação foram positivos e repercutem até os dias atuais, com seu transbordamento para outras áreas (Colucci, Costa, & Silva, 2015).

A despeito das críticas pertinentes às dificuldades orçamentárias e organizacionais – devido à sua magnitude e complexidade –, conclui-se que o programa CsF obteve bons resultados, ao colocar o Brasil no centro das discussões de internacionalização do ensino superior (Manços & Coelho, 2017). Sob a perspectiva da parceria estratégica Brasil-União Europeia, a experiência também foi exitosa, levando-se em conta: número de bolsas – aproximadamente 50% em países da União Europeia –; construção de redes perenes de pesquisadores; tratamento diferenciado nos programas de internacionalização da educação superior proposto pela UE; os programas Erasmus + e Horizon 2020; e a consolidação de canais de diálogo político maduro entre as partes. Por fim, o projeto Ciência Sem Fronteiras mostrou que, com eventuais ajustes e melhorias, há enormes possibilidades na cooperação educacional entre o Brasil e os Estados da União Europeia.

## **Referências**

Amal, M., Borges, G.R. (2015). Internacionalização de Instituições de Ensino Superior: Uma perspectiva sobre a mobilidade estudantil. In: E.M.A. Pereira & M.P.S. Heinzle. *Internacionalização na educação superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica* (pp. 69-85). Blumenau: Edifurb.

Azevedo, M.L.N. (2015). Internacionalização e Transnacionalização da educação Superior: Trata-se de formação de um campo social global ou de um mercado mundial em construção? In E.M.A. Pereira & M.P.S. Heinzle. *Internacionalização na educação superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica* (pp. 25-49). Blumenau: Edifurb.

Aziz, O., Martins, L. (2015). *Programa Ciência Sem Fronteiras*. Avaliação de Políticas Públicas. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Relatório nº 21 – CCT.

Barthelme, E. (2008). *Brasil e União Europeia: A construção de uma parceria estratégica*. Ministério das Relações Exteriores Instituto Rio Branco. LIII Curso de Altos Estudos.

Beelen, J. & Jones, E. (2015.) Redefining Internationalization at Home. In A. Curaj et al. (Ed.). *The European Higher Education Area: Between critical reflections and future policies*. (pp. 59-72). Springer. Recuperado de: <https://link.springer.com/book/10.1007%2F978-3-319-20877-0>.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

Brasil. Palácio do Planalto (2016). *Diretrizes do Governo Dilma Rousseff*. Brasília. Recuperado de: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/diretrizes-de-governo>.

Brazil-European Union (2008). *Brazil-european Union Strategic Partnership Joint Action Plan*. I Summit, Rio de Janeiro, 22 december 2008. Recuperado de: [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008\\_joint\\_action\\_plan\\_en\\_0.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008_joint_action_plan_en_0.pdf).

Câmara dos Deputados (2014). *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Brasília. Recuperado de: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

Capes, Fundação (2017, novembro). *Programa Institucional de Internacionalização – CAPES*. Recuperado de: <https://capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>.

Capes, Fundação (2008, junho). *História e Missão*. Recuperado de: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>.

Capes, Fundação (2008, setembro). *Orçamento - Evolução em reais*. Recuperado de: <http://uab.capes.gov.br/orcamento-evolucao-em-reais>.

Carvalho, J. & Maia, R. (2014, julho). *Ensino superior e pesquisa na UE e no Brasil: enquadramento, políticas e estruturas*. Projeto Alisios: Documento do Trabalho n. 1.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

CGU (2017). *Relatório de Avaliação*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Administração Central. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU. Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília. Recuperado de: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/11986.pdf>.

Ciências Sem Fronteiras (s.d.). *Painel de Controle do Programa Ciência Sem Fronteiras*. Recuperado de: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>.

CNPq, MCT (s.d.) *Apresentação*. Recuperado de: [http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional](http://cnpq.br/apresentacao_institucional).

CNPq, MCT (2011). *União Europeia vê o programa Ciência sem Fronteiras como grande oportunidade de ampliar a cooperação em C&T com o Brasil*. Recuperado de: <https://www.fapema.br/index.php/uniao-europeia-ve-programa-ciencia-sem-fronteiras-como-oportunidade-de-ampliar-a-cooperacao-em-cat-com-o-brasil/>.

Comissão Europeia (2019). *Educação e Formação*. Sobre a política de ensino superior. Recuperado de: [https://ec.europa.eu/education/policies/higher-education/bologna-process-and-european-higher-education-area\\_pt](https://ec.europa.eu/education/policies/higher-education/bologna-process-and-european-higher-education-area_pt).

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

Comissão Europeia (2005). *Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina*. Recuperado de: <http://eeas.europa.eu/archives/docs/lac/publication/pt.pdf>.

Comissão Europeia (2014). *Horizon 2020 em breve palavras*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Recuperado de: [https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020\\_PT\\_KI02\\_13413PTN.pdf](https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI02_13413PTN.pdf).

Council of the European Union (2008, dezembro 22). 2nd Brazil-European Union Summit. Rio de Janeiro. Recuperado de: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-17602-2008-INIT/en/pdf>.

Council of the European Union (2009, outubro 6). *Third European Union-Brazil Summit Joint Statement*. Stockholm. Recuperado de: [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/en/er/110440.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/er/110440.pdf).

Council of the European Union (2010, julho 14). *IV European Union-Brazil Summit Joint Statement*. Brasília. Recuperado de: [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf).

Council of the European Union (2011, outubro 4). *V European Union-Brazil Summit Joint Statement*. Brussels. Recuperado de: [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf).

Colucci, E., Costa, A.S. & Silva, R. (Abril, 2015). *Estratégias de internacionalização na Europa e no Brasil e o impacto do programa ciência sem fronteiras*. Projeto Alisios: Documento do Trabalho, nº 2.

Conceição, O. & França, M. (2016). *O Programa Ciência sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do Enade 2013*. Rio Grande do Sul.

Costa, O. (2017). *A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão*. Brasília: Funag.

Cunha, R.F. (2014). Brasil-união europeia: um passo para a frente, dois para trás? In: *A União Europeia alargada em tempos de novos desafios* (pp. 143-152). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

Delegação da União Europeia no Brasil (2016, maio 11). *O Brasil e a União Europeia*. Recuperado de: [https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/7348/o-brasil-e-ue\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/7348/o-brasil-e-ue_pt).

Dorigon, T. (2016). O Programa Idiomas sem Fronteiras Analisado a partir do Ciclo de Políticas. *Brazilian English Language Teaching Journal*, 6, 4-20.

Espósito Neto, T. & Espindola, I.F. (2019). A Dimensão da educação na relação Brasil e União Europeia In: T. Espósito Neto & H. Sartori (Org.). *União Europeia: visões brasileiras* (1ª ed., vol. 1, pp. 171-182). Curitiba: Appris.

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

Eubrasil (2007). *Cúpula UE-Brasil*, Lisboa, 4 de julho de 2007. Recuperado de: <http://www.eubrasil.eu/en/2007/07/04/eu-brazil-summit-lisbon-4-july-2007/>.

European Commission (2017). *The Erasmus+ Programme*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Recuperado de: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/def6a811-f4ee-11e7-be11-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-107344786>.

Geraldi, R.G. (2006). *A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira* (Dissertação de Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro.

Gratius, S. (2018). Brazil and the European Union: from liberal inter-regionalism to realist bilateralism. *Revista Brasileira de Política Internacional*, (61).

Governo Federal. Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior E Serviços (2020). *Comex Stat - Exportação e Importação Geral*. Recuperado de: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>.

Haas, E.B. (1970). The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing. *International Organization*, 224, (4), 607-646.

Hudzik, John K. (2011). *Comprehensive internationalization*. Washington, DC: NAFSA.

Inep, Ministério da Educação (2017). *Censo da Educação Superior - Notas Estatísticas*. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Recuperado de: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf).

Infocapes. Cooperação Internacional (2019, agosto). *Capes*, 10ª ed. Recuperado de: <http://www.capes.gov.br/infocapes/010-agosto-2019/>.

Informativo de Bruxelas (2014, fevereiro). *7º Cúpula Brasil-União Europeia*. Informativo da Confederação Nacional da Indústria. Recuperado de: [http://www.abifina.org.br/download/IdB.Fevereiro\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/download/IdB.Fevereiro_2014.pdf).

Informativo de Bruxelas (2014, março). *Parlamento Europeu Cria Delegação para as Relações com o Brasil*. Informativo da Confederação Nacional da Indústria. Recuperado de: [http://www.abifina.org.br/download/IdB.Mar%C3%A7o\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/download/IdB.Mar%C3%A7o_2014.pdf).

Knight, J. (2015). Updating the Definition of Internationalization. *International Higher Education*.

Knight, J. & Witt, H. de (2018, outubro 12). *What contribution has internationalisation made to HE?* London: University World News.

Laus, S.P. (2015). A internacionalização da educação superior: gênese e relevância. In: C.R.S. Milani & J.M. Tude (Org.). *Globalização e relações internacionais: casos de ensino*. [Recurso eletrônico]. (pp. 114-125). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Lambert, R. (Abril, 2010). A onda rosa – Disputa pelo poder. *Le Monde diplomatique Brasil*. 33ª ed. Recuperado de: <https://diplomatie.org.br/a-onda-rosa/>.

Lingnau, C.M. & Navarro, P. (2018). “Ciência sem Fronteiras” como acontecimento discursivo e dispositivo de poder/saber. *Educação em Revista*, (34), Belo Horizonte.

Maia, R. & Carvalho, J. (2014). *Ensino superior e pesquisa na EU e no Brasil: enquadramento, políticas e estruturas* (Documento de Trabalho n.º 1). São Paulo: Projeto Alisios.

Maia, R. & Carvalho, J. (2015). *Repensar o papel da mobilidade na cooperação internacional na Europa e no Brasil*. Projeto Alisios: Relatório Final. São Paulo.

Maués, O.C. & Bastos, R.S. (Set-dez, 2017). Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. *Educação revista quadrimestral*, Porto Alegre, 40(3), 333-342.

Maillard, N. (2019). *O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios* (SEAD/ UFRGS, Coord.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Marques, F. (2017, junho). Financiamento em Crise. *Pesquisa Fapesp* (256), 29. Recuperado de: [http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020\\_financiamento\\_256-1.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020_financiamento_256-1.pdf).

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil. (2020, abril 10). Recuperado de: <http://www.mdic.gov.br/>.

MEC - Ministério da Educação do Brasil. (2018, junho 28). *Idioma sem Fronteiras*. Recuperado de: <http://isf.mec.gov.br/programa-isf/entenda-o-isf>.

MEC - Ministério da Educação. (2014). *Plano Nacional de Educação. Lei n.º 13.005/2014*. Recuperado de: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

MECS - Ministério da Ciência e do Ensino Superior de Portugal. (28 junho, 2018). *Processo de Bolonha. Portugal em Ação*. Recuperado de: [https://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao\\_de\\_Bolonha.pdf](https://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_de_Bolonha.pdf).

Menezes, R.G. & Sabatovicz, S. (2019). Agora vai? As negociações do Acordo Mercosul-União Europeia no contexto da nova onda de liberalização radical da economia brasileira. In: T. Espósito Neto & H. Sartori (Org.). *União Europeia: visões brasileiras* (1ª ed., vol. 1, pp. 195-205). Curitiba: Editora Appris.

Miranda, J.A.A. & Bischoff, V. (2018). Educação internacional como soft power: o ensaio da política externa de Dilma Rousseff. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13, 899-915.

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

MRE - Ministério das Relações Exteriores. (s.d.). *Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia - Dez Anos de Parceria Estratégica*. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16723-dez-anos-da-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia>.

MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (s.d.). *União Europeia*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>.

MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2018, maio). *Relatório de Gestão Apex-Brasil*. Brasília. Agência brasileira de promoção de exportações e investimentos.

MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2011, outubro 4). *V Cúpula Brasil-União Europeia - Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta – Bruxelas*. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2781-v-cupula-brasil-uniao-europeia-declaracao-conjunta-bruxelas-4-outubro-de2011#PAC>.

MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2013, janeiro 24). *Declaração Conjunta aprovada por ocasião da VI Cúpula Brasil-União Europeia - Brasília*. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3298-declaracao-conjunta-aprovada-por-ocasio-da-vi-cupula-brasil-uniaoeuropeia-brasil-24-de-janeiro-de-2013>.

Nye, J. S. (2010, abril 9). *Smart Power* (Palestra). FAAP 028. Recuperado de: [http://www.faap.br/cea/pdf/224\\_028a035.pdf](http://www.faap.br/cea/pdf/224_028a035.pdf).

Nye, J. S. (2004). *Soft Power*. New York, Estados Unidos: Public Affairs.

OECD (2019). *Spending on tertiary education* (indicator). Doi: 10.1787/a3523185-en.

OCDE (2018). *Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil - Revisões das Políticas Nacionais para a Educação*.

Pereira, E.M.A. & Heinzle, M.R.S. (Orgs.) (2015). *Internacionalização na Educação Superior - Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica*. Blumenau: Edifurb.

Pereira, D.C. & Prado, P.G.R. (2015). A participação e promoção dos interesses do empresariado nas Cúpulas Brasil-União Europeia de 2007 a 2014. *Encontro Nacional da ABRI*, São Paulo, SP, Brasil, 5.

Presidência da República. (2011). *Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011*. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm).

Pinheiro, L. & Beshara, G. (2012). Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: Pinheiro & C.R.S. Milani (Org.). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas* (1ª ed., pp. 149-180). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

**Espósito Neto & Espindola. *A Dimensão da Educação Superior na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia***

Salvaterra, C., Filipini, G., Spadaro, P., & Zicman, R. (2015). *Qualidade da mobilidade na Europa e no Brasil: políticas práticas* (Documento de Trabalho n.º 3). São Paulo: Projeto Alisios.

Saraiva, M.G. (2011). As relações com a união europeia (2008-2015). In: *Desafios para a construção de uma agenda comum entre Brasil e Europa* (Série relações Brasil-Europa) (vol. 1, pp. 235-274). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

Tomanzini, R.C. (2019). Parceria Estratégica União Europeia-Brasil: que tipo de poder e quais os atores envolvidos. In: T. Espósito Neto & H. Sartori (Org.). *União Europeia: Visões Brasileiras* (1ª ed., vol. 1, pp. 33-46). Curitiba: Appris.

Tomanzini, R.C. (2018, junho). Entendendo a Cooperação entre a União Europeia e o Brasil: duas décadas de ações conjuntas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, 3(1), 50-74.

Tomanzini, R.C. (2017). O envolvimento da sociedade civil na construção da agenda de direitos humanos da União Europeia com o Brasil. *Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS*, 8(43).

Unesco, Instituto de Estatística da. (2019). *Fluxo global de alunos de nível superior*. Recuperado de: <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow#slideoutmenu>.

Unesco. (1998). *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação-1998*. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris, 9 de outubro de 1998. Biblioteca virtual USP. Recuperado de: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>.

União Europeia. (2019). *Jean Monnet*. Comissão Europeia. Recuperado de: [https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/opportunities/jean-monnet\\_pt](https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/opportunities/jean-monnet_pt).

União Europeia, Brasil. (2017). *Diálogos União Europeia- Brasil*. Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais. Financiada pela UE. Recuperado de: <https://www.sectordialogues.org/>.

Wit, H. de, Hunter, F., Howard, L., & Egron-Polak, E. (2015). *Internationalisation of higher education*. Documento solicitado pela Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu. Bruxelas: União Europeia. Recuperado de: <https://doi.org/10.2861/6854>.

Wojciuk, A. (2018). Higher education as a soft power in international relations. In: Y. Watanabe (Org). *Handbook of Cultural Security*. Edward Elgar Publishing.